

A. I. Nº - 207095.0800/09-2
AUTUADO - BAHIA EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA.
AUTUANTE - JOSÉ PEDRO ROBERTSON DE SOUSA
ORIGEM - INFRAZ FEIRA DE SANTANA
INTERNET - 19.02.10

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0001-04/10

EMENTA: ICMS. LIVROS E DOCUMENTOS FISCAIS. FALTA DE APRESENTAÇÃO. MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. Comprovado que parcela dos documentos fiscais exigida não foi entregue no prazo legal, quando regularmente intimado o sujeito passivo. Infração não impugnada. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 06/08/2009, refere-se à exigência de multa por descumprimento de obrigação acessória no valor de R\$ 460,00 porque o sujeito passivo deixou de apresentar livro fiscal, quando regularmente intimado.

O autuado apresenta razões de defesa nas fls. 14 a 20 se dizendo inconformada com o auto de infração, alegando que a autoridade fiscal iniciou a fiscalização em 19/06/2009, incluindo o exercício de 2008, cujo encerramento do exercício ocorreu a menos de 180 dias e sequer havia disponibilizado o DIPJ ano base 2008.

Diz que o auditor fiscal emitiu apenas uma intimação e o autuou por descumprimento de obrigação acessória, mesmo possuindo em seu poder 100% das notas fiscais de entradas e saídas de 2007; 90% de 2008; 100% dos arquivos magnéticos, DAES, DMAS e livros de entradas e de saídas.

No mérito, assevera que o auditor acusa a autuada de não atender Intimação Fiscal de 19/06/09. Para melhor se entender a situação, faz uma sinopse dos fatos:

- a) Em 19/06/2009 recebeu intimação com prazo de 05 dias para a apresentação de documentos e livros, ficando acordado que o Auditor recepcionaria os documentos em 06.07.09, conforme faz prova e-mail enviado pelo mesmo (anexo 01);
- b) Em 07/07/09, em novo e-mail, o Auditor solicita o preenchimento de uma planilha referente aos totais de entrada e saídas de 2008 (anexo 02);
- c) Diz que apesar de não ser obrigada a preencher planilhas, cujo trabalho é do fiscal, muito menos solicitada por e-mail, ainda assim enviou a planilha solicitada, em 16.07.09 (anexo 03);
- d) antes, em 13/07/2009 informou ao Auditor Fiscal que os livros, notas fiscais, DAES, DMAS de 08, já se encontravam disponíveis na sede da empresa desde o último dia 10, informando ainda que partiu do próprio auditor o interesse em recepcionar os livros pessoalmente, pois não residia em Salvador nem em Feira de Santana;
- e) Alega que em 04/08/2009 o fiscal compareceu a sede da autuada, recepcionou os documentos disponibilizados e indagou pelos livros contábeis de 2008, visto que os livros de 2006 e 2007 já lhe haviam sido fornecidos; o contador lhe informou que as demonstrações contábeis do exercício de 2008 estavam sendo elaboradas; argumentou que o prazo para a apresentação à Receita Federal expirou em 30/06/2009; rebateu o autuado, a falta de conhecimento do Auditor quanto à legislação federal. Aquela data correspondia ao prazo de publicação das demonstrações de empresas de capital aberto (Lei nº 6.404/76); explica que o formulário de DIPJ 2008 somente foi disponibilizado pela Receita Federal do Brasil em 17/08/2009 podendo ser entregue até o dia 16/10/2009;
- f) diz ainda que no dia 04/08/2009 recepcionou três intimações. Du quanto aos livros e documentos dessa intimação. Alega que recebeu

prazo de 05 dias para apresentação de livros e documentos e no dia 06.08.09 foi lavrado o auto de infração;

g) Informa acerca de cada um dos livros e documentos tidos como não fornecidos.

1 – Livro de Controle e de Produção de estoque. Argúi que não encontrou esse livro nas papelarias; foi orientado para entregar à fiscalização o consumo e a produção do período fiscalizado;

2 – Livro Diário e Razão. Alega ser de conhecimento do Auditor Fiscal que as demonstrações contábeis do exercício 2008 ainda estavam sendo elaboradas;

3 – Títulos de Crédito com saldo da conta do seu passivo (Fornecedores). Declara ser estranha tal intimação, pois “solicita que a autuada remonte seu arquivo de documentos de forma não convencional”.

4 – Extratos bancários. Os extratos que tinha estavam rabiscados; solicitou aos bancos novos extratos para facilitar o trabalho do auditor e ainda não foram fornecidos;

5 – Discriminação do saldo da conta de fornecedores. Alega novamente tratar-se de intimação não prevista como documentos obrigatórios;

6 - Notas fiscais de entradas e saídas dos meses de janeiro e fevereiro 2008. Aduz que quase todas as notas fiscais de entradas e saídas foram entregues na data aprazada; as notas fiscais de janeiro e fevereiro 2008, logo que foram localizadas foram também entregues;

7 – Declaração e Relatório TEF. A declaração de vínculo entre as vendas por cartão de crédito e os documentos fiscais do autuado é inusitada, pois pressupõe que a autuada pratica a venda de produtos sem nota fiscal. Quando ao Relatório TEF informa que não mais dispõe desse relatório que se apaga com o tempo, porém diz que é de conhecimento público que 100% das vendas com cartões são recebidos através de contas bancárias.

Conclui alegando que restou clara a disposição da empresa em fornecer todos os elementos requeridos para a fiscalização e que foram entregues na sua quase totalidade e em tempo hábil. Diz que os principais elementos da fiscalização do ICMS que se configuram nos livros fiscais, documentos e nos arquivos magnéticos estão à disposição da fiscalização há algum tempo, fato que não inviabilizou a realização dos roteiros de fiscalização.

Pede que seja decretada a improcedência do auto de infração.

O autuante apresenta informação fiscal nas fls. 26 a 31 alegando quanto ao Termo de Intimação de 09.06.2009 que requisitou todos os livros e documentos fisco-contábil, as informações relativas às vendas com cartões de crédito/débito; Diz que a empresa disponibilizou o material constante no documento de fl. 07 e a partir daí detectou divergências de informações entre os arquivos magnéticos enviados à SEFAZ pelo SINTEGRA e os livros de entrada e de saídas no exercício 2007; como o período a fiscalizar compreendia também 2008, solicitou informação de 2008 a fim de confrontá-los com os arquivos desse período e, havendo divergências, como houve, seriam retificadas. É o que consta do Protocolo SIPRO 129740/2009-5, de 18.08.09.

Com relação ao Termo de Reintimação de 04.08.09, disse que fora receber o material restante solicitado na primeira intimação de 19.06.09, mas que somente lhe fora apresentada uma parcela daqueles documentos, conforme consta da fl. 11, obrigando-o a fazer nova reintimação, conforme consta da fl. 10, incluindo outros documentos não contemplados na intimação de 19/06/2009.

Diz que na data limite de cumprimento da reintimação e da 2ª intimação, 10.08.09, a empresa protocolou comunicado nº 125.612/2009-1, nos seguintes termos:

Sobre o livro de Inventário, o controle de produção industrial. Comunica o autuado que estava providenciando a escrituração, para tanto solicita um prazo de 30 dias.

Sobre o livro Diário e o livro Razão, o autuado ratifica que tais livros se encontram em fase de escrituração e que em 90 dias conclui os trabalhos e disponibiliza os

Sobre os comprovantes de vendas por cartão, diz que não guarda tais comprovantes.

Com relação aos títulos de créditos que totalizaram o saldo da conta de fornecedores em ordem cronológica de vencimento, diz que não tem hábito de manter arquivos na forma solicitada; os extratos bancários serão enviados pelos bancos; as notas fiscais de janeiro e fevereiro de 2008 já foram localizadas.

Discorre sobre o prazo de fechamento dos balanços previstos no RIR (regulamento de Imposto de Renda), novo código civil; sobre o livro Diário, também previsto no NCC, na resolução do Conselho Federal de Contabilidade. Explica que as empresas tributadas por lucro real, presumido e arbitrado e mesmo as empresas isentas devem entregar IRPJ em 30.06.09. De forma excepcional, por problema técnico no Programa Gerador de Declaração – PGD DIPJ 2009, a IN 962 fixou o prazo para entrega da DIPJ 2009, ano base 2008, até o dia 16.10.2009.

Conclui que esse prazo vale para a escrituração e o livro Diário, mas a empresa também não atendeu aos outros itens assinalados no termo da Intimação de 19.06.2009.

Pede a procedência do auto de infração.

VOTO

Cuida o presente auto de infração de proceder à exigibilidade de MULTA por descumprimento de obrigação acessória, no valor de R\$ 460,00, face o sujeito passivo ter deixado de apresentar livro fiscal, quando regularmente intimado. O autuado questiona a autuação alegando que o auditor fiscal emitiu apenas uma intimação e o autuou por descumprimento de obrigação acessória, mesmo possuindo em seu poder 100% das notas fiscais de entradas e saídas de 2007; 90% de 2008; 100% dos arquivos magnéticos, DAES, DMAS e livros de entradas e de saídas. Alega ainda que recebeu intimação dia 04/08/2009 com prazo de 05 dias para apresentação de livros e documentos e no dia 06.08.09 foi lavrado o auto de infração.

O autuante, por sua vez, garante que procedeu à primeira intimação para apresentação de livros e documentos fiscais, em 19.06.09 (fl. 06), tendo recebido uma parcela em 06.07.09, conforme documento de fl. 07; fez uma reintimação, em 04.08.09, porque quando fora receber o material restante solicitado na primeira intimação de 19.06.09, o autuado lhe apresentou faltando alguns documentos; nesta, acrescentou a exigência de outros documentos necessários ao seu trabalho.

A presente exigência tem fundamento no art. 142, IV, RICMS/BA combinada com art. 934, § 1º e a multa aplicada capitulada no art. 42, inciso XX, da Lei nº 7.014/96. Vejamos a quem assiste ao direito.

Examinando as peças que compõem o processo em tela, constato que o contribuinte foi intimado para apresentação de diversos livros e documentos, conforme intimação, fl. 06, em 19.06.09, com base no art. 142, IV, RICMS/BA, que estabelece entre suas obrigações, a exibição ao fisco de livros e documentos fiscais previstos na legislação tributária, bem como levantamentos e elementos auxiliares relacionados com a condição de contribuinte.

Verifico que a infração está tipificada no artigo 42, XX, “a” da Lei nº 7.014/96 e incidiu, no caso, porque o autuado deixou de exibir livro ou documento fiscal a funcionário fiscal, no prazo de 48 horas, quando por este regularmente solicitado, tendo em vista o não atendimento do primeiro pedido. Tal pedido se encontra apenso aos autos à fl. 6, e o atendimento apenas parcial, fl. 07, configurando-se o descumprimento da obrigação acessória.

Assim, com relação às ocorrências, podemos fazer a seguinte síntese:

- 1) Intimação para apresentação de livros e documentos, dia 19.06.09 (fl. 06);
- 2) entrega de parcela dos documentos, dia 06.07.09 (fl. 07);
- 3) nova intimação para apresentação de livros, documentos não entregues no item 1, dia 04.08.09;
- 4) entrega de outra parcela dos documentos, exceto ainda os livros; dia 04.08.09.

Não obstante constar na intimação prazo de 05 (cinco dias) para a entrega dos documentos, a lei prevê, no caso, o prazo de 48 horas para prestar esclarecimento ou informação, de exibir livro ou documento, quando regularmente solicitado, sem a incidência da multa. Art. 42, XX, *in verbis*.

“Art. 42. Para as infrações tipificadas neste artigo, serão aplicadas as seguintes multas:

àquele que, dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas, deixar de prestar esclarecimento ou informação, de exibir livro ou documento, arquivo eletrônico ou similar (exceto os arquivos previstos no inciso XIII-A), ou de mostrar bem móvel ou imóvel, inclusive mercadoria, ou seu estabelecimento a funcionário fiscal, quando por este regularmente solicitado:

a) R\$ 460,00 (quatrocentos e sessenta reais), pelo não atendimento do primeiro pedido”

A intimação com prazo alongado não mitiga qualquer direito do contribuinte, ainda porque a multa aplicada faz referência a primeira intimação, dia 29.06.09, que não foi plenamente atendida, demandando a 2ª. Intimação do dia 04.08.09, a exemplo das notas fiscais do período janeiro e fevereiro 2008.

Posto isso, resta caracterizado o cometimento da infração por não apresentação de documentos fiscais, procede a aplicação da respectiva multa por descumprimento da obrigação tributária.

Face ao exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **207095.0800/09-2**, lavrado contra **BAHIA EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento da multa por descumprimento da obrigação acessória no valor de **R\$ 460,00**, prevista no art. 42, XX, “a”, Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos moratórios na forma estabelecida pela Lei nº 9.837/05.

Sala das Sessões do CONSEF, 04 de fevereiro de 2010.

EDUARDO RAMOS DE SANTANA – PRESIDENTE

JOSÉ RAIMUNDO CONCEIÇÃO – RELATOR

ANTONIO CESAR DANTAS DE OLIVEIRA – JULGADOR